

AS POTENCIALIDADES E OS DESAFIOS DO TILSP PARA A INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS NO ENSINO REMOTO

POTENTIALITIES AND CHALLENGES OF TILSP FOR THE INCLUSION OF DEAF STUDENTS IN EMERGENCY REMOTE EDUCATION DURING THE

Andreza Alves Vieira 1
Calixto Júnior de Souza 2
Adriano Aparecido da Silva 3

Resumo: Este artigo reflete sobre as potencialidades e os desafios enfrentados pelo TILSP, que é um Tradutor Intérprete da Libras/Língua Portuguesa, no contexto da pandemia da Covid-19 para promover a inclusão dos alunos surdos nas aulas remotas mediadas pelas tecnologias digitais. Tal reflexão contempla o direito do surdo de acesso à educação em uma perspectiva inclusiva, destacando a necessidade de uma abordagem bilingue no processo de ensino-aprendizagem sob a perspectiva do TILSP. O estudo analisou o relato de experiência do TILSP nas aulas remotas da disciplina Análise de Custos e Formação de Preços, ministradas para os alunos do 3º período do curso Técnico em Administração do IF Goiano Campus Rio Verde - GO. Foram utilizados como instrumentos de pesquisa: a literatura científica, a legislação em vigor e o relato de experiência. Conclui-se que apenas a presença do TILSP durante as aulas não é suficiente para promover uma educação em uma perspectiva inclusiva para os alunos surdos.

Palavras-chave: Ensino Remoto Emergencial. TILSP. Surdos. Inclusão. Libras.

Abstract: This article reflects on the potentiality and challenges faced by TILSP, who are a Libras/Portuguese Language Interpreter Translator, in the context of the Covid-19 pandemic to promote the inclusion of deaf students in remote classes mediated by digital technologies. Such reflection contemplates the right of the deaf to access inclusive education, highlighting the need for a bilingual approach in the teaching-learning process from the perspective of the TILSP. The study analyzed the report of the TILSP experience in remote classes of the discipline Cost Analysis and Price Formation, given to students of the 3rd period of the Technical Course in Administration at IF Goiano Campus Rio Verde - GO. The following research instruments were used: the scientific literature, the legislation in force and the experience report. It is concluded that only the presence of TILSP during classes is not enough to effectively promote inclusive education for deaf students.

Keywords: Emergency Remote Learning. TILSP. Deaf. Inclusion. Libras.

- 1 Especialista em Formação de Professores e Práticas Educativas (IF Goiano) e Bacharel em Administração. Atualmente é Analista Administrativo na empresa Sementes Marambaia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0577659000164648>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7485-3538>. E-mail: andreza.aav@gmail.com
- 2 Doutor em Educação Especial (UFSCar), Mestre em Educação (UFGD) e Graduado em Pedagogia e Educação Física. Atualmente é professor do IF Goiano – Campus Rio Verde. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2880328853795907>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3591-1173>. E-mail: calixto.souza@ifgoiano.edu.br
- 3 Mestre em Educação para Ciências e Matemática (IFG), Especialista em Formação Pedagógica na Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IF Goiano) e Licenciatura em Letras - Português/Inglês (UNIRV) e em Pedagogia (Centro Universitário Unifacvest). Atualmente é servidor do quadro efetivo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás e do Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4783526279893159>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2546-398X>. E-mail: adriano.aparecido@ifgoiano.edu.br

Introdução

O ano de 2020 trouxe um marco sombrio para a história da humanidade. A pandemia causada pelo coronavírus mudou a vida das pessoas, uma vez que em virtude da gravidade da doença e da facilidade de sua disseminação foi decretado o isolamento social. As aulas presenciais foram suspensas e todas as pessoas receberam o apelo “Fique em casa.”

Nesse ambiente de incerteza e medo, foi implementado o Regime Especial de Aulas Não Presenciais (REANP) por meio da Resolução do Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE) CP Nº 02, de 17 de março de 2020, com o intuito de cumprir a determinação da Organização Mundial de Saúde (OMS) e minimizar os prejuízos aos processos educativos (GOIÁS, 2020). Assim, tanto os profissionais da educação quanto os alunos tiveram que se reinventar ao transformarem seus lares em locais de trabalho e salas de aula.

Foi um momento atípico que trouxe à tona os desafios enfrentados pelos alunos surdos no processo de ensino-aprendizagem. É nesse cenário que se destaca a experiência do Tradutor Intérprete da Libras/Língua Portuguesa (TILSP) nas salas de aulas virtuais, discutindo as potencialidades e os desafios enfrentados na promoção de uma educação em uma perspectiva inclusiva para o alunado surdo.

O texto ora proposto resulta de parte da pesquisa de conclusão de curso do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Formação de Professores e Práticas Educativas do IF Goiano (Campus Rio Verde - GO), a partir da problemática das dificuldades e possibilidades vivenciadas pelo TILSP no processo de ensino-aprendizagem adotado no período da pandemia. O intuito é refletir sobre o papel do TILSP nesse cenário, abordando as dificuldades na mediação e interação com o aluno nas aulas remotas.

Entende-se que as tecnologias digitais também podem contribuir como facilitadoras do processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, buscou-se identificar de que forma elas contribuíram para facilitar o trabalho do TILSP, destacando seu potencial na promoção da inclusão dos alunos surdos no ensino remoto.

Metodologia

Este estudo foi realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Campus Rio Verde - GO (IF Goiano), sendo aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da instituição em 13 de março de 2020, conforme as diretrizes para pesquisas com seres humanos da Resolução do Conselho Nacional de Saúde Nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012).

A pesquisa foi realizada durante as aulas remotas da disciplina Análise de Custos e Formação de Preços, ministradas por uma docente ouvinte via *Google Meet* no período de 11/11/2020 a 16/12/2020 para os alunos do 3º período do curso Técnico em Administração no turno vespertino, dos quais três são surdos. Ressalta-se que nesse período havia ao todo cinco alunos surdos matriculados em diferentes cursos na instituição, sendo atendidos pelo mesmo TILSP.

Após se obter o consentimento dos participantes da pesquisa, iniciou-se os procedimentos metodológicos para composição do estudo de caso com abordagem qualitativa.

Pode-se definir o estudo de caso como uma “pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo” (SEVERINO, 2016, p. 128). Nesse contexto, espera-se que as reflexões realizadas em relação ao trabalho do TILSP possam contribuir para a discussão sobre a necessidade de implementação de ações mais efetivas no processo de ensino-aprendizagem para a inclusão do aluno surdo.

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, considerando a subjetividade do objeto de estudo ao valorizar os aspectos intelectuais, emocionais e sociais do TILSP (FLICK, 2009), uma vez que o mesmo está inserido no contexto investigado e a sua vivência pode contribuir para uma compreensão mais aprofundada em relação aos desafios e às potencialidades da sua atuação profissional com os alunos surdos nas aulas remotas.

Educação em uma perspectiva inclusiva para os alunos surdos

No Brasil, o art. 2º do capítulo 1 do Decreto nº 5.626 de 2005 define como pessoa surda “aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (BRASIL, 2005). Com base nessa definição foram estabelecidos os demais marcos legais que visam assegurar os direitos do surdo em relação à educação, dos quais destaca-se:

- A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras (BRASIL, 2002);
- A Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/2008, que objetiva assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008);
- A Lei nº 12.319 de 1 de setembro de 2010 que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras (BRASIL, 2010);
- Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência e expressa os vários direitos da PcD, em especial à educação prevista no capítulo IV, artigos 27 a 30 (BRASIL, 2015).

A inclusão pode ser considerada um movimento político. Segundo Strobel (2018, p. 119), “a sociedade começa a perceber a existência do povo surdo e procura se organizar para recebê-lo de forma adequada e os próprios sujeitos surdos começam a exigir seus espaços, sua representação de diferença cultural linguística”. Nesse sentido, faz-se necessária uma análise crítica do contexto social, uma vez que “quando comentamos em ‘incluir’, obviamente, é porque tem sujeitos que estão “excluídos”, isto é, estão fora” (STROBEL, 2018, p. 120, grifo do autor). Infelizmente essa é a realidade que os alunos surdos enfrentam nos mais diversos ambientes sociais, entre eles o educacional.

Infelizmente, a maioria das escolas segue espaços não preparados para essas diferenças culturais, como é o caso da inclusão de alunos surdos em escolas regulares. Eles se deparam com dificuldades de adaptação e com problemas de subjetividades, porque nessas escolas não compartilham suas identidades culturais [...] (STROBEL, 2018, p. 123).

Observa-se que esse cenário se refere principalmente aos aspectos relacionados à comunicação. Enquanto o ouvinte se comunica pela Língua Portuguesa, o surdo se expressa por meio da Libras, e por vezes essa diferença linguística não é respeitada. Esse problema tem raízes mais profundas na sociedade. O sujeito surdo não é visto como alguém que possui uma diferença cultural, “[...] mas sim como deficiente necessitado da normalização, cujo padrão social aceito é o ouvinte” (STROBEL, 2018, p. 123). Em outras palavras, a sociedade coloca à margem aquele que é diferente ao invés de compreendê-lo, acolhê-lo e respeitá-lo em suas especificidades.

Gesser (2009, p. 59) reforça essa colocação ao esclarecer que “o respeito à diferença linguística do surdo lhe é garantido só e se a educação é feita em sua língua natural”. Sendo assim, só é possível afirmar que a inclusão está ocorrendo efetivamente nas escolas se o ambiente educacional for bilíngue (Libras / Língua Portuguesa), assim como se os profissionais forem fluentes em Libras.

Dessa forma, é necessário pensar em uma educação em uma perspectiva inclusiva que contemple a singularidade do alunado, já que “então, dessa maneira, se há algum sentido em pensar em uma ideia de igualdade é justamente a ideia de que a igualdade só se torna possível como diferença, como singularidade” (RIBEIRO; SILVA; SAMPAIO, 2017, p. 13). É preciso reverter o paradigma atual no ambiente escolar: espera-se que o aluno surdo aprenda e se comunique em Língua Portuguesa escrita, porém não há uma contrapartida, uma vez que não é disponibilizada aos ouvintes a disciplina Libras na educação básica para que eles tenham a oportunidade de aprender

a se comunicar em língua de sinais, o que possibilita o entendimento da cultura e da identidade surda.

Dessa maneira, a “inclusão” de sujeitos surdos na escola, tendo-se a língua portuguesa como principal forma de comunicação, nos faz questionar bem se a inclusão oferecida significa integrar o surdo. Na verdade, a palavra correta para as experiências desenvolvidas não é “inclusão”, e sim uma forçada “adaptação” com a situação do dia a dia dentro de escola de ouvintes (STROBEL, 2018, p. 124, grifos do autor).

Diante dessa colocação, ressalta-se a relevância de se refletir sobre a educação em uma perspectiva inclusiva que vem sendo oferecida aos alunos surdos na atualidade. É preciso avaliar se as escolas realmente contam com os recursos de que precisam para disponibilizar uma educação de qualidade para o aluno surdo, tais como: docentes qualificados e bilíngues, TILSPs qualificados, fluentes na Libras e em quantitativo suficiente para atender à demanda, materiais bilíngues acessíveis ao aluno surdo, dentre outros.

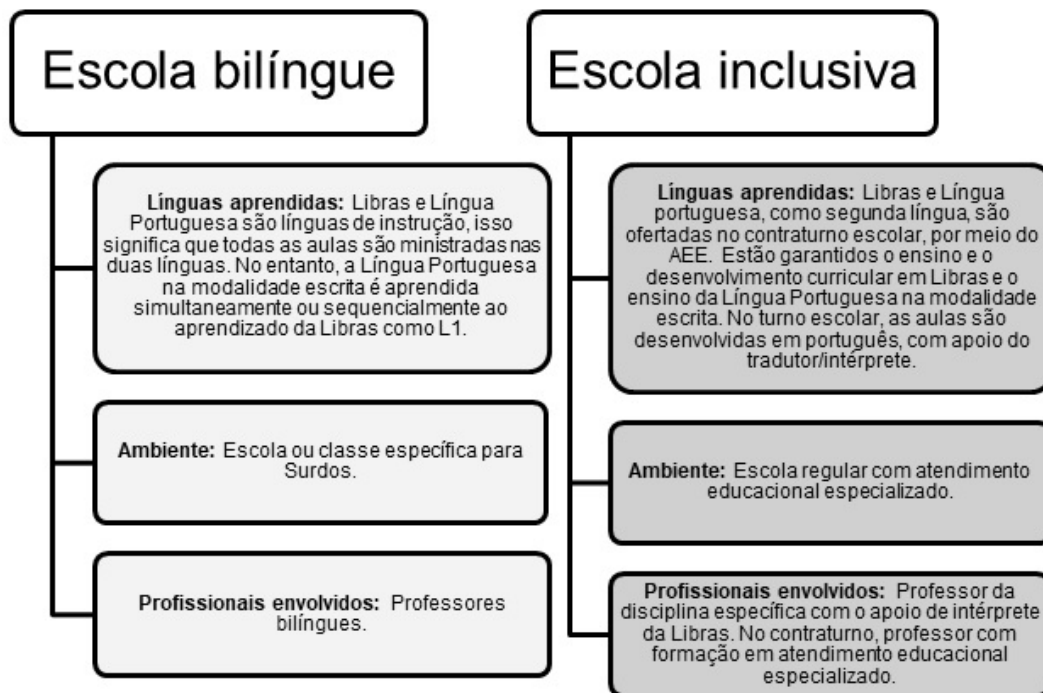
Na perspectiva inclusiva e de uma escola de qualidade, os professores não podem duvidar das possibilidades de aprendizagem dos alunos, nem prever quando esses alunos irão aprender. A deficiência de um aluno também não é motivo para que o professor deixe de proporcionar-lhe o melhor das práticas de ensino e, ainda, não justifica um ensino à parte, individualizado, com atividades que discriminam e que se dizem “adaptadas” às possibilidades de entendimento de alguns. Ele deve partir da capacidade de aprender desses e dos demais alunos, levando em consideração a pluralidade das manifestações intelectuais (MACHADO, 2009, p. 72-73, grifos do autor).

Nesse contexto, destaca-se a necessidade de o professor conhecer o aluno, compreendendo suas especificidades. É mister lutar para promover uma educação com equidade nos ambientes educacionais, fazendo a junção entre a igualdade e a diferença para promover uma educação de qualidade. É nesse panorama que a educação bilíngue se sobressai como a melhor alternativa para o sujeito surdo.

Diante de um ambiente educacional inclusivo e bilíngue, adequado à convivência com surdos (Libras/LP), naturalmente vai ocorrer a estruturação mental e organização simbólica onde são articuladas as imagens com uma linguagem adequada favorecendo a estruturação do pensamento para um diálogo cognitivo e intelectual. Em outras palavras, tudo que seria falado, descrito, detalhado, comentado, observado, demonstrado pela fala oral, passa a ser também através da relação visual com imagens, em sinais. Não se trata de uma relação excludente como alguns insistem em manter. A oralidade com a sinalização convivem muito bem simultaneamente (FALCÃO, 2011, p. 219).

Nesse âmbito, evidencia-se que a educação em uma perspectiva inclusiva para o sujeito surdo só é possível em um ambiente educacional bilíngue. Fernandes (2018, p. 40) apresenta as principais diferenças entre a escola bilíngue e a escola inclusiva, conforme mostra a Figura 1 a seguir:

Figura 1. Escola bilíngue x Escola inclusiva



Fonte: FERNANDES (2018, p. 40). Adaptada pelos autores (2022).

Dessa forma, faz-se necessário repensar a prática escolar como um todo, buscando novas alternativas para promover uma efetiva inclusão dos alunos surdos, valorizando e respeitando sua cultura e identidade. Com isso, é preciso uma prática escolar que seja pautada no planejamento e na organização enquanto mecanismos que possam favorecer a inclusão escolar dos alunos surdos.

Ressalta-se a relevância da reflexão com o intuito de modificar a forma como a sociedade percebe o surdo, especialmente os profissionais da educação, pois “afirmá-los diferentes, lentos na aprendizagem, incapazes de aprender já são elementos ouvintistas (audistas) intensamente marcados na vida destes sujeitos” (LIMA, 2015, p. 112). Nesse sentido, o professor não deve se render às circunstâncias, tornando-se refém das dificuldades. É preciso buscar apoio sempre que necessário, além de se manter em constante formação e busca pelo conhecimento.

Para Correia e Neves (2019, p. 10), “os conceitos dos docentes precisam ser repensados quanto ao que se ensinar e aprender, sendo necessário construir novos sentidos em relação à concepção de quem é o surdo e a sua visão de mundo”. Logo, cabe ao docente refletir sobre a sua prática, analisar o que deu certo e o que pode ser melhorado, buscando novas alternativas para promover uma educação de qualidade para todos os seus alunos, sem exceções. É preciso valorizar o aluno, conhecê-lo, partindo das suas vivências e experiências para a construção do conhecimento. O diálogo e a autonomia do aluno são fundamentais no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, tanto as atividades quanto os materiais desenvolvidos pelos professores devem ter como foco o aluno, sempre respeitando suas especificidades e promovendo a diversidade.

Correia e Neves (2019, p. 10) explicam que “a experiência visual do surdo apresenta-se como elemento preponderante para o seu aprendizado, neste sentido os docentes devem se apropriar dessa ferramenta pedagógica”. É com base nessas perspectivas que se percebe o processo de ensino e a prática pedagógica para os alunos surdos, especialmente no ambiente remoto. A utilização de tecnologias da informação e da comunicação no contexto educacional pode contribuir com o processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos, uma vez que elas permitem a utilização de recursos visuais e possibilitam situações interativas entre alunos e professores.

O próximo tópico tem a intenção de abordar as estratégias e os recursos que são utilizados nas aulas remotas para atingir uma educação que possa incluir os estudantes surdos no âmbito da prática pedagógica, bem como no processo de ensino-aprendizagem dos docentes, tendo como

base o aspecto visual e imagético em tal processo.

Estratégias e recursos para a educação de alunos surdos nas aulas remotas

De acordo com Santos (2017, p. 26), “no caso do aprendizado de alunos surdos, em que o sentido mais aguçado é a visão, as imagens assumem grande importância nos processos cognitivos de aprendizagem”. Nas aulas remotas, utilizar recursos e estratégias que valorizem o aspecto visual é a melhor alternativa para promover a inclusão do surdo.

Para Lebedeff (2017, p. 230), “nada mais justo do que pensar a educação para este povo a partir das suas especificidades linguísticas, culturais e de interação e compreensão do mundo”, ou seja, adotar práticas que remetam a estratégias visuais para o processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo.

Não há dúvidas de que o uso de imagens deve estar presente na educação de alunos surdos, qualquer que seja a modalidade de ensino. “Devido ao aspecto visual da língua de sinais, a educação deveria ser, essencialmente, visual” (LEBEDEFF, 2010, p. 175). Em outras palavras, o professor deve utilizar em sala de aula (presencial ou virtual) recursos diversificados, tais como: literatura, teatro, desenho, pinturas, gravuras, esculturas, fotos, vídeos, etc.

O simples fato de utilizar imagens em sala de aula facilitará a comunicação entre professor e aluno surdo, entretanto, para que alcance uma aprendizagem significativa, é necessário utilizar as imagens com estratégia, imagens pensadas especificamente para ensinar (SANTOS, 2017, p. 26).

Os professores ouvintes, entretanto, não costumam desenvolver propostas educativas baseadas na visualidade, sendo necessário ressignificar suas práticas pedagógicas e respeitar as experiências visuais dos alunos surdos (LEBEDEFF, 2010). Daí a importância de o professor ser reflexivo, avaliando constantemente sua prática para identificar as possibilidades de melhoria.

Nesse sentido, Taveira e Rosado (2017) explicam que o professor deve buscar recursos da didática da invenção surda para enriquecer visualmente sua prática pedagógica, de modo que o aluno surdo possa ter suas necessidades atendidas no processo de ensino-aprendizagem.

Para Santos (2017), aplicar imagens e palavras juntas é uma forma mais eficiente de ensinar, tanto para surdos quanto para ouvintes. Nessa perspectiva, ao utilizar recursos visuais nas aulas remotas, “o objetivo seria harmonizar o verbal e o visual para transmitir informação, para a construção efetiva do conhecimento” (TAVEIRA; ROSADO, 2017, p. 32-33).

Adotando estratégias verbais e visuais o professor estará atendendo às necessidades de ambos os alunos (surdos e ouvintes), diversificando sua prática pedagógica e promovendo o acolhimento da diferença.

[...] considero importante e interessante utilizar as imagens no ensino; no entanto, seria um equívoco utilizá-las tal e como estão no cotidiano do aluno, pois não proporcionam significação dos conceitos, apenas um amontoado de informações, muitas vezes desconexas, sem sentido para a singularidade humana (SANTOS, 2017, p. 25-26).

Entende-se, analisando a perspectiva de Santos (2017), que a imagem não é um recurso que pode ser utilizado sem análise crítica e planejamento. É preciso que o professor faça relação entre o recurso imagético e o conteúdo, de modo que o aluno surdo possa atribuir significado e aprender por meio da imagem.

Lebedeff (2017) enfatiza a necessidade de os professores refletirem sobre o uso imagético e de problematizarem a imagem adequadamente como recurso que permeia todos os campos de conhecimento e que traz consigo uma estrutura capaz de instrumentalizar o pensamento. Para a autora, deve-se tomar cuidado para não utilizar a imagem como uma mera representação simples,

ilustrativa e sem criticidade.

Sob a perspectiva de Lebedeff (2017, p. 230), torna-se relevante compreender que “é a partir da experiência visual que surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de ser povo surdo, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico”. Nesse contexto, destaca-se a importância de o professor fazer o planejamento adequado de suas aulas, desenvolvendo materiais didáticos interativos e visuais, de modo que esses possam contribuir para o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes surdos com qualidade.

Ao ter um aluno surdo em sala de aula, é função do professor descobrir caminhos, pesquisar e refletir a cerca de sua prática; construir efetivamente aprendizados, permitindo sua inserção social na vida comum e no mundo do trabalho (SANTOS, 2017, p. 81).

O que se pode observar na realidade, no entanto, é que não há professores qualificados para trabalhar com os alunos surdos em quantidade suficiente para atender à demanda. Conforme Lebedeff (2017), há uma distância entre o discurso e a prática. O sujeito surdo é visual, mas na prática as metodologias de ensino não privilegiam estratégias visuais que contribuem para a produção de conhecimentos. Na maioria das vezes, as imagens são apenas uma decoração do texto e não contribuem para o aprendizado do surdo.

“Assim, vamos percebendo o quão complexo e carente de sucessivas e contínuas análises reflexivas é o trabalho docente na sua práxis, em especial nos processos de inclusão” (SANTOS, 2017, p. 35). Nessas circunstâncias, acredita-se que ainda há um longo caminho pela frente para que se possa promover uma educação em uma perspectiva inclusiva, equitativa e de qualidade para os alunos surdos.

O próximo tópico sistematiza as potencialidades e os desafios do TILSP em suas aulas remotas, de modo a tecer reflexões sobre a sua experiência com imersão na Libras, na realidade do alunado surdo, bem como sobre os desdobramentos de sua atuação em tempos de pandemia.

Potencialidades e desafios do TILSP nas aulas remotas: reflexões sobre um relato de experiência

Com o intuito de conhecer os desafios e as potencialidades vivenciadas pelo TILSP junto aos alunos surdos nas aulas remotas no cenário pandêmico, foi realizada a coleta do relato da experiência do profissional Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa (TILSP) do IF Goiano, Campus Rio Verde – GO. Visando preservar a identidade do participante, o mesmo será denominado apenas como “TILSP”.

O TILSP atua como professor de Libras nos cursos de Licenciatura e como Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa na instituição pesquisada há 8 (oito) anos. É vice-coordenador do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do IF Goiano. Também é servidor do quadro efetivo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás há 14 (quatorze) anos, atuando na função de TILSP. Além da ampla experiência profissional, também possui uma formação acadêmica relevante, sendo certificado pelo Exame Nacional de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa. É Mestre em Educação para Ciências e Matemática. Especialista em Práticas Docentes e Gestão na Educação Básica, em Educação Especial na Perspectiva do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e em LIBRAS - Formação de Recursos Humanos para o Atendimento Inclusivo. Possui graduação em Pedagogia e Letras – Inglês.

Para facilitar a discussão, o relato da experiência do TILSP foi segmentado por temas:

Trabalhar como Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa (Tilsp) é um desafio e nesse novo cenário as minhas atividades profissionais ficaram ainda mais complexas, pois tive que pensar em novas estratégias para conseguir atender todas as exigências do trabalho remoto devido às

várias demandas do Campus, visto que, infelizmente só há um Tilsp atuando e temos mais de cinco alunos surdos matriculados (matutino, vespertino e noturno) em diferentes cursos (técnico e superior) (Relato do TILSP, 2020).

Nesse trecho é possível compreender o contexto de atuação profissional do TILSP no período de pandemia de covid-19. Os desafios enfrentados incluíram a necessidade de se adaptar ao regime emergencial de aulas remotas, criando estratégias para conseguir atender os alunos surdos de modo efetivo. Sem o contato visual de forma presencial, foi necessário orientar os alunos surdos em relação à utilização das tecnologias digitais, uma vez que sem essas ferramentas os mesmos ficariam à margem do processo de ensino-aprendizagem. Observa-se que não foram estabelecidas medidas específicas para o atendimento dos direitos das pessoas com deficiência quando se optou pelo ensino remoto.

Nesse sentido, pode-se refletir: será que essa (in)visibilidade dos surdos é um produto da pandemia ou do contexto de construção histórico e social? Para Santos (2020), essa desigualdade é fruto da opressão advinda dos vários regimes sociais, políticos e econômicos vivenciados ao longo da história da humanidade, tais como o capitalismo, o patriarcado, o racismo, o sexismo, o colonialismo e o capacitismo. O resultado é a discriminação das pessoas com deficiência, que não têm garantidas pela sociedade as condições de acessibilidade necessárias para que possam desfrutar dos seus direitos como cidadãos.

A Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência define o conceito de acessibilidade como a garantia de:

[...] acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ou propiciados ao público, tanto na zona urbana como na rural (BRASIL, 2008, p. 3).

Diante desse cenário, faz-se necessário destacar que a quantidade de profissionais TILSP da instituição não era suficiente para atender à demanda, especialmente durante as aulas remotas. O resultado foi uma sobrecarga de trabalho para o TILSP no atendimento aos alunos surdos, o que poderia prejudicar sua saúde física e mental ao se esforçar para prestar um serviço de qualidade. Além disso, a maioria dos profissionais da educação não estava preparada nem para as aulas remotas nem para o atendimento bilíngue, o que dificultou ainda mais o trabalho do TILSP. Foi um momento de aprendizado coletivo, em que todos tiveram que trabalhar juntos para se adaptar e encontrar alternativas para viabilizar o processo de ensino-aprendizagem.

Nesse interim, o TILSP continua abordando sobre as mudanças na sua rotina de trabalho:

Outro fator que exigiu muito de mim foram as lives de áreas distintas, as quais, nem sempre eu tenho domínio, ora por falta de contato com materiais dos palestrantes, ora por falta de conhecimento da área do palestrante. Apesar de usar algumas estratégias, como pesquisar sobre a vida acadêmica dos palestrantes, para ter uma prévia do discurso, procurar sinais em Libras, sinônimos, e/ou conceito de algum termo desconhecido, isso nem sempre é suficiente para uma interpretação com mais qualidade, o rodízio dos Tilsp no momento da atuação também é algo muito importante para a qualidade da interpretação. Mas, nem sempre isso acontece, quando aconteceu foi alguma ajuda de Tilsp de outros Campus. Geralmente, sou comunicado sobre o evento meia hora antes do início dele, e aí, imagina o tamanho do desafio... (Relato do TILSP, 2020).

Com base no relato pode-se perceber uma falta de planejamento e organização da instituição em relação à distribuição das atividades do TILSP. Acredita-se que isso ocorra por falta de conhecimento em relação ao papel do TILSP e ao ato de interpretar, que:

[...] é um processo em que o intérprete estará diante de pessoas que apresentam intenções comunicativas específicas e que utilizam línguas diferentes. O intérprete está completamente envolvido na interação comunicativa (social e cultural) com poder completo para influenciar o objeto e o produto da interpretação. Ele processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte. Assim sendo, o intérprete também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente. Portanto, o ato de interpretar envolve processos altamente complexos (QUADROS, 2004, p. 27).

Fica evidente pela afirmação de Quadros (2004) a necessidade de envolver o TILSP antecipadamente no planejamento das aulas e dos eventos, principalmente no ambiente virtual. O profissional precisa dominar o assunto que será abordado para que possa fazer uma interpretação confiável, imparcial e fidedigna.

Marques (2007) reforça a necessidade de uma relação de cooperação e parceria entre o docente e o TILSP:

O ideal seria o intérprete e o professor estarem engajados no planejamento das aulas, pois a troca de experiências será muito produtiva, estarão criando estratégias pedagógicas que mais se aproximem do jeito da pessoa surda aprender, e consequentemente, a interpretação se apresentará mais qualificada (MARQUES, 2007, p. 145).

Apesar de o professor e o TILSP trabalharem juntos na educação de surdos, deve-se ter em mente que seus papéis são distintos. Embora o intérprete seja o responsável pela interação com o surdo, transmitindo as informações e auxiliando na sua compreensão, a tarefa de ensinar o aluno ainda é responsabilidade do docente. Portanto, cabe a ele desenvolver estratégias de ensino-aprendizagem que contemplem também as especificidades dos surdos. Assim, o TILSP continua:

Em relação às atuações nas aulas remotas, temos a plataforma Moodle, a qual o professor abastece e o aluno acessa para estudar, ler materiais e fazer as atividades. E o TILSP? Como é o seu acesso a essa plataforma para leitura prévia do que será trabalhado na aula online? Não tenho acesso, infelizmente. Contudo, muitas vezes o aluno nos fornece seu número de matrícula e senha para orientá-lo na execução e adequação das atividades acadêmicas, porém acho que deveríamos ter acesso de uma outra forma. Esse é o momento que tenho para ler e para perceber o que será trabalhado pelo professor na aula online, essa ocorre pela plataforma Google Meet (Relato do TILSP, 2020).

O ambiente virtual denominado *Modular Objetc Oriented Distance Learning* (Moodle) consiste em uma plataforma virtual de ensino-aprendizagem amplamente utilizada e difundida em todo o mundo (MOODLE STATISTICS, 2021). Como ambiente de aprendizagem, o Moodle é autoexplicativo, podendo ser adaptado pelo docente de acordo com o conteúdo a ser trabalhado. No entanto, ele não é acessível aos surdos, uma vez que todas as suas interfaces exigem domínio da Língua Portuguesa escrita.

Amorim, Souza e Gomes (2016) abordam essa problemática ao afirmarem que o acesso dos surdos à informação digital só é possível se eles dominarem, pelo menos parcialmente, o português

escrito. No entanto, essa não é a realidade da maioria dos surdos e as interfaces dos *softwares* não desenvolvem alternativas que possam contribuir para seu uso autônomo e produtivo.

Por isso, o TILSP precisou adotar outras medidas para realizar seu trabalho, conforme relata:

Também solicito ao professor para me enviar os slides, materiais em PDF que serão trabalhados nas aulas online. Nessa disciplina pesquisada por você, a professora sempre me enviou antecipadamente, ela contribuiu na minha interpretação em Libras, para que minha atuação tenha mais qualidade. Mas, nem todos os docentes fazem isso (Relato do TILSP, 2020).

Nesse contexto, pode-se evidenciar que durante as aulas remotas foi observado o esforço e a dedicação da docente e do TILSP em tentar incluir os alunos surdos nos encontros síncronos, acompanhando os respectivos desempenhos nas atividades realizadas via Moodle e procurando entender as dificuldades de cada aluno, especialmente os surdos, e assim aplicando outras estratégias no processo de ensino-aprendizagem. Os esforços alcançaram excelentes resultados, pois os alunos surdos foram aprovados na disciplina, além de apresentarem um ótimo desempenho nas atividades propostas. Porém, o TILSP relata que o início desse processo não foi fácil:

Na plataforma Meet uma dificuldade grande foi quando o professor não preparava nenhum material visual, só ligava a câmera. No início da proposta das aulas remotas era só o microfone, e ficava somente eu e o aluno surdo com a câmera ligada, isso foi algo inusitado, pois parecia que eu era o docente da disciplina. Ah, e nem slides havia preparado. Isso foi inicialmente, hoje muita coisa mudou, os docentes já não têm medo da câmera, o que era algo natural para o TILSP e alunos surdos, pois precisam do visual para se comunicarem (Relato do TILSP, 2020).

Strobel (2018) aborda a importância da experiência visual, uma vez que ela faz parte dos artefatos culturais do povo surdo. A forma como o surdo percebe o mundo é baseada no aspecto visual, e por isso se diferencia dos ouvintes. Assim, a presença do intérprete nas aulas é essencial, porém ela precisa ser conciliada com outras metodologias que valorizem a cultura e a identidade surda para promover uma educação de qualidade.

O simples fato de utilizar imagens em sala de aula facilitará a comunicação entre professor e aluno surdo, entretanto, para que alcance uma aprendizagem significativa, é necessário utilizar as imagens com estratégia, imagens pensadas especificamente para ensinar (SANTOS, 2017, p. 26).

Logo, não basta apenas utilizar apresentações com imagens e reduzir a quantidade de textos em Língua Portuguesa nas aulas virtuais. Quando se fala de elementos visuais, haverá sempre a necessidade de uma abordagem crítica, pois não é qualquer imagem que representa o conteúdo. Às vezes, as imagens são utilizadas apenas para enfeitar os slides e não condizem com o conteúdo, causando dificuldade na compreensão do mesmo pelo aluno surdo. Por isso, é preciso envolver o TILSP na preparação desses materiais, pois ele é a pessoa mais indicada para apontar os caminhos que poderão facilitar a aprendizagem do surdo. Além disso, também é possível adotar materiais de estudo em Libras para que os alunos surdos se sintam incluídos e respeitados em sua cultura.

No entanto, destaca-se que a elaboração de slides com elementos mais visuais para a compreensão de conteúdo ministrado pelo docente e mediado com a interpretação em Libras pelo TILSP não é uma solução, mas uma adequação. E, por fim, pode-se afirmar que a utilização de estratégias visuais não substitui a necessidade da presença do intérprete de Libras nas aulas, quer sejam remotas ou presenciais. O aluno surdo precisa ser atendido em sua língua materna para que seu direito a uma educação em uma perspectiva inclusiva e de qualidade seja assegurado.

Continuando, o TILSP afirma:

Um ponto negativo foi a internet, quando eu faço a interpretação direta (voz do aluno surdo), a câmera do aluno trava, daí perco o contexto da fala dele, isso me deixa muito angustiado. O contrário também acontece, conforme relatos dos alunos surdos, a minha câmera trava e eles perdem a explicação do professor (Relato do TILSP, 2020).

Essa é uma das principais dificuldades relacionadas ao período de isolamento social, pois as pessoas se viram dependentes da internet para poderem se comunicar em todas as áreas da sua vida: familiar, profissional, religiosa, educacional, etc. Se há uma boa conexão de internet, as atividades são desenvolvidas com sucesso. Porém, se o acesso é limitado ou inexistente, há o que se pode chamar de “segregação virtual”. Ao abordar a inclusão no contexto das aulas remotas, não se pode ignorar a questão das desigualdades sociais vivenciadas pela maioria das famílias brasileiras, as quais se encontram em condições de vulnerabilidade. Diante da situação emergencial, transferiu-se a responsabilidade pela educação dos alunos para as famílias. O resultado é a amplificação das discrepâncias sociais e educacionais, pois apenas uma pequena parte da população brasileira tem as condições materiais, humanas e de inclusão digital para proporcionar o acesso dos alunos ao ensino remoto (GRACIANO; HADDAD, 2020).

O TILSP conclui:

Enfim, são muitos desafios nesse novo cenário, e também muitos aprendizados que agregaram valor para a minha prática profissional presencial, apesar do desgaste físico e emocional no começo da pandemia (Relato do TILSP, 2020).

Pode-se apontar que este trabalho levantou outros questionamentos, uma vez que evidenciou na prática a complexidade da educação de surdos, principalmente no cenário da pandemia. Percebe-se que os surdos são sujeitos que, mesmo tendo seus direitos garantidos pela legislação, precisam reafirmar constantemente a questão da inclusão e da igualdade no contexto educacional, uma vez que até mesmo seu direito mais básico de ser atendido em sua língua natural (Libras) não é atendido por falta de recursos e de profissionais qualificados.

Também se faz urgente a valorização do TILSP enquanto profissional, pois sua atuação exige uma formação específica para uma atividade complexa e muitas vezes incompreendida diante das elevadas expectativas do seu público-alvo. Na maioria das vezes, o TILSP não dispõe de um tempo prévio para se preparar, sendo forçado a desenvolver seu trabalho sob pressão. Geralmente espera-se que o intérprete seja capaz de deixar claro qualquer conceito em toda área de conhecimento, o que se mostra uma tarefa impossível para qualquer profissional (SÁ; MACHADO, 2017).

O TILSP se tornou um elemento essencial nos contextos educacionais, pois ele está deixando de ser considerado uma medida assistencialista para ser visto como um agente de promoção de acessibilidade linguística ao surdo.

Considerações Finais

A Constituição Brasileira, no seu Artigo 205 parágrafo 1º, trata da questão da dignidade humana, afirmando que devemos promover o bem de todos, sem qualquer tipo de preconceitos ou discriminação (BRASIL, 1988). É nesse ponto que se destaca a questão da equidade, pois ela promove a junção entre a igualdade e a diferença.

O surdo é um cidadão como todos os outros. Ele deve ter seu acesso à educação escolar garantido, respeitando sua identidade e cultura. Ou seja, é preciso promover uma alfabetização na língua materna do surdo, a língua de sinais, para somente depois começar a incorporar a aquisição da segunda língua, que é o português escrito.

Uma sugestão seria fazer o processo inverso em relação às escolas inclusivas atuais, de modo que o surdo possa estudar em uma escola de surdo, na qual todos se comunicariam em Libras, incluindo os profissionais envolvidos. Só assim, após ser alfabetizado em sua língua materna, ele iria para uma escola inclusiva (a partir do ensino médio, por exemplo). Entende-se que uma escola só

para surdos não é uma escola especial, é uma escola bilíngue que atenderia as especificidades desse público, onde todo o ensino seria ministrado em Libras por profissionais bilíngues. Nesse cenário, caberia ao aluno ouvinte querer estudar nessa escola ou não. Assim, ao invés de se matricular em uma escola onde a maioria é ouvinte, haveria a possibilidade do ouvinte se matricular em uma escola em que a maioria seria surda, ou seja, haveria uma quebra do paradigma social sob o qual o surdo é visto pelos ouvintes, uma vez que eles estariam inseridos no universo surdo.

Durante a realização deste estudo identificou-se que o IF Goiano conta com o NAPNE, o qual visa assegurar que discentes com necessidades educacionais específicas sejam atendidos e incluídos institucionalmente no contexto escolar. No entanto, ressalta-se que apesar de ser uma instituição de ensino que atua com a educação que seja inclusiva, ainda é preciso desenvolver mais ações (e também ações mais assertivas) para atender às necessidades específicas dos alunos, tendo em vista que existem várias dificuldades a serem superadas, tais como: falta de concursos públicos para contratação de profissionais especializados nas diversas áreas da inclusão para compor o quadro de efetivos; profissionais bilíngues insuficientes para atender à demanda dos alunos surdos; contratação de profissionais sem a qualificação adequada para atuar de forma inclusiva; falta de recursos para a promoção de uma educação em uma perspectiva inclusiva, como um Laboratório de Tradução e Interpretação na Libras/Língua Portuguesa, por exemplo; dentre outros.

Assim, espera-se que sejam realizadas mais pesquisas com essa temática, de modo que tanto os profissionais da educação (em especial o TILSP) quanto os alunos surdos possam ter suas necessidades efetivamente atendidas em relação à inclusão no contexto escolar.

Referências

AMORIM, Marcelo Lúcio Correia de; SOUZA, Fernando da Fonseca de; GOMES, Alex Sandro. **Educação a distância para surdos**: acessibilidade de plataformas virtuais de aprendizagem. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016. Edição do Kindle.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília - DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 14 de dez. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília - DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso: 20 de dez. de 2021.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186 de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque em 30 de março de 2007, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm#:~:text=DLG%2D186%2D2008&text=Aprova%20o%20texto%20da%20Conven%C3%A7%C3%A3o,O%20Congresso%20Nacional%20decreta%3A&text=2%C2%BA%20Este%20Decreto%20Legislativo%20entra%20em%20vigor%20na%20data%20de%20sua%20publica%C3%A7%C3%A3o. Acesso: 20 de dez. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília – DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso: 20 de dez. de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde: Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº. 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 10 de dez. de 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília – DF, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial: janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso: 20 de dez. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília – DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso: 20 de jan. de 2021.

CORREIA, Patrícia Carla da Hora; NEVES, Bárbara Coelho. A escuta visual: a Educação de surdos e a utilização de recurso visual imagético na prática pedagógica. Recebido em 31 de maio de 2017 e aprovado em 13 de abril de 2018. **Revista Educação Especial**, v. 32, 2009. DOI: 10.5902/1984686X27435. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/27435> Acesso: 25 de dez. de 2021.

FALCÃO, Luiz Albérico Barbosa. **Surdez, Cognição Visual e Libras:** estabelecendo novos diálogos. 2 ed. revisada e ampliada. Recife: Ed. do Autor, 2011. 384 p.

FERNANDES, Sueli de Fátima. **Educação bilíngue para surdos:** identidade, diferenças, contradições e mistérios. 2003. 202 f. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24287/T%20-%20FERNAND%20ES,%20SUELI%20DE%20FATIMA%20.pdf?sequence=1> Acesso em: 12 de fev. de 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GESSER, Audrei. **LIBRAS?:** Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. Prefácio de Pedro M. Garcez. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOIÁS. CEE. **Resolução CEE/CP Nº 02/2020, de 17 de março de 2020.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2020-pdf/167141-rcp002-20/file> Acesso: 12 de dez. de 2020.

GRACIANO, Mariângela; HADDAD, Sérgio. Educação em tempos de pandemia. In: STEFANO, Daniela; MENDONÇA, Maria Luiza. **Direitos Humanos no Brasil 2020:** Relatório da Rede social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo. Outras Expressões. 2020. Disponível em: https://www.social.org.br/files/pdf/relatorio_2020.pdf Acesso em: 15 de abr. de 2021.

LEBEDEFF, Tatiana Bolívar. O povo do olho: uma discussão sobre a experiência visual e surdez. In: LEBEDEFF, Tatiana Bolívar (org). **Letramento visual e surdez.** Rio de Janeiro: Wak editora, 2017.

LEBEDEFF, Tatiana Bolívar. Aprendendo “a ler” com outros olhos: relato de oficinas de letramento visual com professores surdos. **Caderno de Educação (UFPEL)**, v. 36, p. 175 – 196, 2010.

LIMA, Camila Machado de. **Educação de surdos:** desafios para a prática e formação de professores. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

MACHADO, Rosângela. Educação Inclusiva: revisar e refazer a cultura escolar. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). O desafio das diferenças nas escolas. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARQUES, Rodrigo. Educação de Jovens e adultos: um diálogo sobre a educação e o aluno surdo. In: QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis (Org.) Estudos Surdos II. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2007. p. 132 – 149.

MOODLE, Statistics. 2021. **Moodle.** Disponível em: <https://stats.moodle.org/> Acesso: 20 de set. de 2021.

QUADROS, Ronice Müller de. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.** Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos.

Brasília: MEC; SEESP, 2004.

RIBEIRO, Tiago; SILVA, Aline Gomes da. SAMPAIO, Carmem Sanches. Educação e Surdez: alteridade e diferença. *In*: LEBEDEFF, Tatiana Bolívar (org). **Letramento visual e surdez**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2017.

SÁ, Nidia; MACHADO, Nívia. Para além da interpretação. *In*: BARROS, Adriana Lúcia de Escobar Chaves de. et al. **Libras em diálogo: interfaces com tradução e interpretação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. p. 203-213.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, Dionei Ruã dos. **Ensino de ciências da natureza aos alunos surdos: as histórias em quadrinhos como recursos pedagógicos**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4 ed. 1 reimp. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2018.

TAVEIRA, Cristiane Correia; ROSADO, Luiz Alexandre da Silva. O letramento visual como chave de leitura das práticas pedagógicas e da produção de artefatos no campo da surdez. *In*: LEBEDEFF, Tatiana Bolívar (org). **Letramento visual e surdez**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2017.

Recebido em 30 de janeiro de 2022.
Aceito em 19 de dezembro de 2022.